

AS TRÊS FACES DA CRISE

O presidente a ser eleito em novembro deve ser um homem preparado para enfrentar três desafios: a hiperinflação, a explosão social e o corporativismo.

Hélio Jaguaribe

Há geral consenso, tanto entre estudiosos quanto no nível da opinião pública, no sentido de que o Brasil se defronta, presentemente, com a mais grave e abrangente crise de sua história republicana. Pela primeira vez os brasileiros, que figuram entre os povos mais otimistas do mundo, se mostram descrentes do futuro de seu país.

O que empresta tão sombrio aspecto ao presente quadro brasileiro é o fato de se sobrepor, concomitantemente, três níveis de crise. A crise conjuntural de uma renitente inflação, que volta a ameaçar converter-se numa hiperinflação, no terceiro trimestre deste ano. A crise decorrente de profundos problemas

estruturais, como notadamente no caso do problema social, que de longa data nos afetam e cuja solução vem sendo continuamente procrastinada, conduzindo-os a um nível de iminente explosão. E ainda uma crise organizacional, proveniente de deformações que se manifestaram no processo de transformação de nosso país, no curso dos últimos vinte anos, de uma sociedade sob o controle da classe média, para uma sociedade de massas, cuja fluidez é bloqueada por um corporativismo cartorial, em todas as classes sociais. Tudo isso se vem processando no curso de um período marcado pela sucessão de dois péssimos governos. O governo Figueiredo, por sua falta de seriedade. E o governo Sarney, caracterizado por sua falta de capacidade.

ELEIÇÕES

AS TRÊS FAC

Continuação da página 1

Em tal quadro o processo sucessório se reveste de excepcional relevância. Se admitirmos que seja possível evitar, no curto prazo, uma hiperinflação explosiva — que provocaria um caos arrasador de nossas instituições — todas as esperanças de uma solução para as crises que nos assolam se voltam para a formação de um novo governo, sério, competente e representativo, a partir de 15 de março de 1990. O que esse governo possa vir a ser depende, decisivamente, do presidente que elegermos em 15 de novembro próximo.

O quadro sucessório, pendendo de formalizações pelas convenções partidárias e de eventuais modificações, no âmbito das candidaturas menores, já está definido em torno de cinco principais candidatos: Collor, Brizola, Lula, Ulysses e Covas, citados pela presente ordem de preferência popular. Ante esse quadro, duas perguntas são particularmente relevantes. A que se refere às possibilidades eleitorais de cada candidato e a que se refere ao tipo de governo que seria formado por cada um deles. Ambas essas questões ainda estão bastante indefinidas. A eleitoral, para todos. A do governo que tenderiam a formar, pelo menos para alguns. Abordar-se-á sucintamente, nas linhas a seguir, a primeira dessas questões.

Uma avaliação não arbitrária das possibilidades eleitorais desses cinco candidatos só é possível a partir de uma correlação pautada pelas sondagens da opinião pública, entre as grandes tendências do eleitorado brasileiro e o sentido político de que se revista cada candidatura.

Em grandes linhas, o eleitorado brasileiro pode ser distribuído entre cinco faixas. A mais ampla, compreendendo cerca de 30% do total, corresponde à política de clientela. Já foi vastamente majoritária, na Vela República e ainda nos tempos de hegemonia do PSD. É a faixa, predominantemente rural, do eleitorado que segue o coronel, o prefeito, o cabo eleitoral. Uma segunda importante faixa eleitoral, com cerca de 25% do total, corresponde ao voto do proletariado inorgânico, que forma a periferia das grandes cidades. Compreende gente de migração rural relativamente recente, não adequadamente inserida na economia urbana, que vive de uma miserável terciário marginal. Uma terceira faixa corresponde ao proletariado orgânico e seus aliados na classe média intelectualizada. É o eleitorado típico do PT, que cresceu, nas últimas eleições, de 10% a 20% do total. Admitindo-se que os votos de protesto, que nele ocasionalmente se situaram, mas nele não tendem a permanecer, correspondam a 50% do incremento, esse eleitorado deteria, presentemente, 15% do voto total. Uma outra faixa eleitoral corresponde à direita radical, que se tem mantido em torno de 5% do total. Finalmente, uma quinta faixa corresponde ao voto programático do centro, mais inclinado a centro-esquerda do que a centro-direita, mas, ocasionalmente (Jânio Quadros), mobilizável para esta última posição.

Dadas essas características, a sucessão presidencial se situará, no primeiro turno, ante a alternativa populista-esquerdista versus a alternativa de centro, repartindo-se, entre ambas, as quotas do voto de clientela, predominantemente controlado por candidatos de centro. A faixa populista-esquerdista será disputada pelos Srs. Brizola e Lula. A de centro, pelos Srs. Ulysses Guimarães e Mário Covas. O Sr. Fernando Collor, presentemente, tem penetração tanto na faixa populista quanto na de centro.

Como precedentemente mencionado, ainda não é possível prever-se o desenlace da contenda. As principais incógnitas são: (1) a capacidade de resistência da candidatura Collor à provável futura desmistificação do candidato; (2) a capacidade, por parte da candidatura Ulysses Guimarães, de compensar, pelo voto de clientela, sua falta de atratividade popular e (3) a capacidade, por parte do Sr. Mário Covas, de difundir sua mensagem para seu eleitorado potencial de centro e de mobilizar o quantum satis de votos de clientela.

Os Srs. Fernando Collor e Mário Covas têm em comum, no momento, o fato de sua identidade pública ser muito pouco conhecida. Esse fato, presentemente, favorece o primeiro e desfavorece o segundo. Collor, tendo logrado a mais ampla difusão de sua imagem, detém cerca de 32% do favorecimento popular precisamente porque, não se sabendo o que realmente ele significa, ele tem podido, através de competente utilização de seu visual pela televisão, manipular o inconsciente coletivo, fazendo-se passar pelo redentor das massas, ante o eleitorado potencial do Sr. Leonel Brizola, e pelo salvador da modernidade brasileira, ante o eleitorado potencial do Sr. Mário Covas. O Sr. Mário Covas, em con-



■ “O Sr. Fernando Collor não tem identidade política discernível. Sua ampla e rápida aceitação popular foi conquistada, precisamente, pela substituição de qualquer proposta concreta — salvo a monocórdica tese de combate aos marajás — e pela habilidosa manipulação do inconsciente coletivo através da televisão, induzindo cada setor da população a nele ver a imagem pública que desejaria”.

trapartida, goza, presentemente, de apenas 5% das preferências. Mas só é conhecido por 16% do eleitorado, o que lhe dá a apreciável taxa de mais de 31% de adesão, por parte dos que o conhecem. Que sucederá quando, no curso da campanha, as contradições do Sr. Fernando Collor se tornarem patentes? Por outro lado, que taxa de adesão do eleitorado do centro logrará conquistar o Sr. Mário Covas, quando sua mensagem de modernização se tornar efetivamente conhecida e conquistar credibilidade? Finalmente, em que medida a votação de clientela do Sr. Ulysses Guimarães, que poderá chegar a representar 15% da votação do total, será suficiente para compensar sua provável falta de penetração no eleitorado de centro e completa desatração do voto popular?

Em todo esse quadro, a única estimativa mais provável de se confirmar é a de que, na faixa populista-esquerdista, a candidatura Lula — profundamente afetada pelo grevismo — será superada pela candidatura Brizola, que assim se constitui em sério candidato à disputa do segundo turno. Para perder, se for Brizola-Covas. Talvez para ganhar, se for Brizola-Ulysses.

O Futuro Governo

Vamos admitir — como todo o Brasil o deseja e pessoalmente o creio — que se evite uma hiperinflação explosiva, até as próximas eleições. Com que tipo de situação se defrontará o futuro governo, nesses seus primeiros cem dias, que são cruciais para a definição do rumo dos acontecimentos?

O quadro comporta, evidentemente, um importante espaço para o imprevisível. As situações sócio-políticas dependem tanto de determinadas tendências da sociedade, relativamente antecipáveis quanto de fatores aleatórios, como o tipo de governo que venha a se constituir, em março de 1990 e as circunstâncias externas, com que se defronte o país.

Restringindo a análise aos aspectos relativamente previsíveis — e atentando-se ao fato de que as características de que se revista o futuro governo repercutirão, positiva ou negativamente, sobre o contexto social — o que caracterizará a situação com que esse governo se irá deparar é a necessidade de dar pronto corretivo ao problema da inflação, e de dispor, para tal, de uma aparelhagem estatal extremamente débil, num contexto em que se revelarão dilacerantes contradições entre as medidas requeridas para solucionar a crise conjuntural e as necessárias para atacar a crise estrutural.

Se se evitar, até as eleições, a hiperinflação explosiva, como se supõe nesta análise, é inevitável que escapará ao alcance do governo Sarney atingindo, antes da transmissão do cargo, uma situação de estabilidade monetária e financeira. O novo governo herdará, assim, na melhor das hipóteses, uma inflação de dois dígitos por mês, sempre ameaçando se tornar subitamente explosiva. Em tais condições, se não adotar, imediatamente, as mais drásticas medidas de contenção da inflação, o futuro presidente permanecerá o resto de seu mandato (se lograr cumpri-lo) dominado, como o presidente Sarney, pelo dia-a-dia da crise conjuntural. Nenhuma política pública, nem mesmo a manutenção das mais coezinhas atividades rotineiras do Estado, será possível sem debelar a inflação.

Tendo o controle da inflação como absoluto imperativo, o futuro governo se defrontará, para implementar uma eficaz política anti-inflacionária, com uma dupla dificuldade. Por um lado, terá herdado um Estado insolvente, incompetente e corrupto, incapaz, nas condições em que presentemente se encontra, de implementar qualquer política. Por outro lado, se defrontará com um povo extremamente empobrecido e completamente descrente da eficácia dos poderes públicos, exausto de suportar reiterados sacrifícios, nestes últimos anos, sem que deles resultem soluções positivas e, por isso mesmo, nada disposto a atender a novos apelos ao sacrifício.

Dentro de que condições poderá o futuro governo enfrentar, no âmbito das limitações precedentemente indicadas, os desafios que sobre ele se precipitarão, no momento mesmo em que tomar posse? Escapa a qualquer dúvida o fato de que, para poder enfrentar os terríveis problemas com que imediatamente se defrontará, o futuro governo necessitará dispor de certas condições mínimas, entre as quais sobressaem as três seguintes: (1) amplo respaldo da opinião pública para a adoção de um severo elenco de medidas, que deverão, por isso mesmo, estar contidas no programa de governo proposto na campanha eleitoral; (2) alta capacidade de liderança, por parte do presidente da República; (3) disponibilidade de uma equipe de governo extremamente competente e séria.



□ “Um governo do ex-governador Brizola seria a instauração do caudilhismo populista, num momento da história e da evolução do Brasil em que nenhuma solução é possível fora de uma estrita e competente racionalidade e dentro das condições que conduzam, democraticamente, à formação de amplas margens de consenso. O caudilhismo populista é exatamente o extremo oposto”.

Não há remédios fáceis e indolores para o controle da inflação. Toda inflação exprime um elevado déficit entre as expectativas da sociedade e os recursos reais disponíveis para atendê-las. Conter a inflação significa, necessariamente, forçar a baixa dessas expectativas, desagradando muito a todos e profundamente a alguns. Corrigir uma alta inflação, como a brasileira, significa, num primeiro momento, reduzir, sensivelmente, a remuneração dos fatores domésticos de produção, elevar a carga tributária líquida, do atual nível de ordem de 9% para um nível da ordem de 16% do PIB e corrigir, drasticamente, os encargos da dívida externa e o perfil da interna.

Esse receituário se traduzirá, na prática, pela manutenção de um baixo nível aquisitivo, para os assalariados e de mínimas margens de lucro, para os empresários, combinadamente com um sério esforço fiscal, uma redução do estoque da dívida externa a algo como 30% do seu valor de face, com limitação da taxa real de juros a cerca de 3% ao ano e o alongamento do perfil da dívida interna, transferindo-a do *overnight* para o longo prazo.

Para que esse drástico elenco de medidas seja viável o futuro governo necessitará, por um lado, de dispor de uma equipe extremamente séria e competente, que seja capaz de remediar, mediante uma seletiva ocupação dos setores estratégicos do Estado, o alto grau de degenerescência que afetou o poder público. Por outro lado, necessitará estar apoiado numa grande proposta de reformas sociais e públicas aptas a abrir, com alta credibilidade, um amplo e não remoto futuro promissor para todos os setores da sociedade, assim como para os principais parceiros internacionais do Brasil. As agudas e inevitáveis contradições que se apresentarão, a partir do primeiro dia do futuro governo, entre os requisitos necessários para a correção, a curto prazo, de uma conjuntura intolerável, e as medidas apropriadas para atacar os problemas estruturais do país — que então já se encontrarão em seus extremos limites de tolerância — essas contradições somente poderão ser resolvidas através de um nítido e sério escalonamento temporal de prioridades.

Importará, inicialmente, fazer isto e aquilo, com plena consciência de que se está, no curto prazo, desatendendo os imperativos do desenvolvimento econômico e social. Mas importa fazê-lo como requisito necessário para, dentro de um ou dois anos, se dispor das condições que permitam atacar, séria e impetuosamente, os problemas estruturais, pondo em marcha um amplo e generoso programa para acabar com a pobreza e a ignorância, reduzir as desigualdades, relançar o crescimento econômico e modernizar a sociedade e o Estado.

Para que seja possível essa difícil combinação entre os amargos remédios destinados ao rápido saneamento da crise conjuntural e as grandes medidas orientadas para instaurar, no Brasil, uma nova, equitativa e próspera sociedade moderna, apta a ingressar nas complexidades do século 21, é preciso eleger, em 15 de novembro, um presidente da República que efetivamente faça de tal programa sua plataforma eleitoral e dê garantias, pessoais e políticas, de que irá cumpri-lo.

A longo prazo

A contenção da inflação, assegurando a estabilidade da moeda e restaurando condições que tornem possíveis as atividades produtivas, a expansão do emprego e o real poder aquisitivo dos salários, constitui um necessário requisito prévio para que se recupere a viabilidade do Brasil, como sociedade e como nação soberana. Não basta ao futuro governo, entretanto, adotar, pronta e seriamente, as drásticas medidas para tal requeridas. É indispensável que, concomitantemente, formule e dê início de execução a um amplo programa de reformas sociais e públicas.

Desde logo, para um país exaurido pelo que então serão onze anos de desgoverno, fatigado de sacrifícios inúteis e descrente da capacidade e da idoneidade de seus dirigentes, um novo apelo a sacrifícios, ainda que desta feita inseridos numa consistente política de controle da inflação, não terá receptividade se, ao mesmo tempo, não lhe for oferecido, com alta credibilidade, a proposta, em termos não remotos, de um futuro promissor. Não se trata de controlar a inflação pelo simples gosto de ter uma moeda estável. Trata-se de criar as condições financeiras necessárias para instituir uma próspera, equânime e moderna democracia social.

Quatro grandes problemas de caráter estrutural e outro, de caráter organizacional, afetam, gravissimamente, a sociedade brasileira e comprometem, em futuro próximo, sua viabilidade como uma socieda-

O que empresta tão sombrio ao presente quadro brasileiro é o fato de se sobrepor, concomitantemente, três níveis de crise. Tudo se processando num período marcado pela sucessão de dois péssimos governos.

ES DA CRISE



□ "Um governo do deputado Lula seria um projeto monoclássista, de caráter obreirista, para a organização e a administração do Brasil. Como o demonstra a experiência histórica, todo projeto monoclássista, para uma sociedade complexa, é necessariamente autoritário e totalitarizante. Monoclássismo empresarial gera fascismo. Monoclássismo obreirista gera comunismo"

de moderna e democrática. No plano estrutural esses problemas são: (1) o dualismo básico da sociedade brasileira, (2) a degenerescência do estado e a crise do sistema partidário, (3) a estagnação da economia (4) a crescente defasagem do Brasil, relativamente às inovações científico-tecnológicas de nosso tempo. No plano organizacional, o problema com que nos defrontamos decorre do corporativismo cartorial que infesta todas as classes sociais.

O dualismo básico da sociedade brasileira é, certamente, o mais grave de todos os nossos problemas de longo prazo e, de uma ou de outra forma, condiciona os demais problemas do país. Consiste esse dualismo no fato de que uma profunda brecha separa o setor moderno da sociedade brasileira, que opera uma moderna sociedade industrial, em condições semelhantes às de um adiantado país europeu, do setor primitivo, em que se situam cerca de 60% da população, que persiste, no campo, vinculado a uma precária economia de subsistência e, nos meios urbanos, está inserido num miserável terciário marginal, dentro de padrões de vida semelhantes aos dos mais pobres países afro-asiáticos.

Remotamente decorrente da segmentação imposta à sociedade brasileira pelo instituto da servidão, que persistiu até fins do século passado, esse dualismo básico exprime o malogro histórico de nosso sistema de educação pública, que manteve as grandes massas no analfabetismo (mais de 20%) e na ignorância (cerca de 90%). É manifesta a crise estrutural do emprego, que deixa fora da economia formal quase um terço da população economicamente ativa.

Parcialmente vinculada ao dualismo básico de nossa sociedade, a crise do estado e do sistema político-partidário está conduzindo a uma crescente e acelerada deterioração do estado. Depois de haver construído, da década de 40 à de 70, o mais moderno estado do Terceiro Mundo, o Brasil está assistindo a uma vertiginosa degradação de seu sistema público. O estado brasileiro, presentemente, é insolvente, incompetente e corrupto. Está se revelando incapaz de implementar políticas mais complexas, como se pode ver nos sucessivos malogros dos Planos Cruzado, Bresser e Verão. E já está incapacitando o poder público de dar atendimento às suas mais rotineiras responsabilidades, como a assistência hospitalar, o transporte de massas, a limpeza urbana e, dramaticamente, a segurança pública.

Por trás dessa deterioração do estado e como seu principal fator isolado se encontra o primitivismo de nosso sistema político-partidário. Um sistema caracterizado pelo mais inadequado recrutamento político, que leva aos cargos eletivos, notadamente nos Legislativos, personalidades inidôneas e incompetentes, destituídas de qualquer sentido público. Daí a mais deslavada fisiologia, conducente a uma política de clientela que canaliza o Estado, entorpecido por um cartorialismo incompetente e devastado pela distribuição de empregos e favores públicos aos apaniguados dos partidos oficialistas.

A estagnação econômica crônica, que afetou a década de 80, o atraso crescente do país, relativamente à revolução científico-tecnológica de nossos dias e o corporativismo, que bloqueia a fluidez da sociedade brasileira, instituindo, em todas as classes sociais, cartórios de privilégio e de irresponsabilidade — cartórios industriais, sindicais e burocráticos — são outros macroproblemas que ameaçam, a não longo prazo, a viabilidade nacional.

Esses problemas estão exigindo amplas e profundas reformas. Um grande e generoso programa de reformas sociais, que incorpore as massas a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação, acabando com a miséria e a ignorância e levando o povo brasileiro a entrar no século 21 em condições comparáveis às atualmente existentes no Sul da Europa. Uma profunda reforma do estado, que modernize e moralize os três poderes, nos três níveis da Federação e institua, no Brasil um moderno sistema partidário que gere uma classe política idônea e competente, apta a administrar democraticamente o país. Um abrangente e dinâmico esforço de modernização científico-tecnológico, apoiado num vasto programa de bolsas de estudos e de formação e recuperação de centros de excelência em nossas Universidades. Programa a ser coadjuvado por uma nova e inteligente política em relação às transnacionais, que atraia para o Brasil o capital estrangeiro de alta tecnologia, dentro das condições realistas que nos assegurem a transferência dessa tecnologia. Uma vigorosa retomada do crescimento econômico, mediante a restauração da capacidade de poupan-



□ "O governo de Ulysses Guimarães também se reveste de elevada previsibilidade. Sem prejuízo de seu grande legado histórico à causa da redemocratização do Brasil, o deputado Ulysses Guimarães, como é do conhecimento de todos, foi, até recentemente, o principal coadjuvante do presidente Sarney. Um governo Ulysses Guimarães seria uma continuação, provavelmente menos vascilante e mais coerente, do governo Sarney"

ça do setor público e a reativação da inversão estrangeira.

Finalmente, uma política de abertura seletiva para o mercado internacional e no âmbito interno de nossa sociedade, que conduza, com a assistência do poder público, a uma significativa elevação de nossa capacidade competitiva e, nesse processo, acabe com o corporativismo cartorial e faça do Brasil uma sociedade aberta e fluida.

Esse conjunto de políticas e de medidas constitui a essência mesma das tarefas que o futuro governo necessariamente deverá empreender, se quisermos que o Brasil ingresse no século 21 como uma sociedade moderna e democrática. É evidente que para tanto importará, em 15 de novembro próximo, levar à presidência da República um candidato cujo programa efetivamente se identifique com esse projeto e que, por sua personalidade e características políticas, dê ao país a segurança de que irá cumpri-lo, séria e competentemente.

Alternativas

No próximo dia 15 de novembro, os brasileiros não irão, apenas, escolher o presidente que dirigirá o país, de 1990 a 1995. Muito mais do que isso, o povo brasileiro estará condicionando seu destino por vários séculos e, desta forma, determinando a forma pela qual o Brasil ingressará no século 21.

O Brasil de 1989 não tem condições de perdurar por mais de dois anos. Conjuntural, estrutural e organizacionalmente, o Brasil é um país inviável, nas condições em que presentemente se encontra. Ou se modifica profundamente ou será conduzido, inexoravelmente, a uma terrível e explosiva crise, antes de se concluir o ano de 1991.

Crise da hiperinflação, se não se recuperar a estabilidade financeira. E crise das estruturas e do sistema organizacional do país, se o próximo governo não puser, pronta e eficazmente em marcha, um amplo programa de reformas. Reformas sociais, para acabar com a miséria e a ignorância. Reforma do Estado e do sistema político-partidário, para tornar o sistema público eficiente, idôneo e democrático. Reforma econômica, para retomada do crescimento. Reforma para nossa modernização científico-tecnológica, para vencer o atraso que acumulamos, em relação aos países centrais. Reforma do presente regime de integração social, para acabar com o cartorialismo corporativo e instituir uma sociedade democrática, aberta e fluida.

Na dimensão mais profunda de todos esses problemas se encontra a gravíssima crise social do Brasil, em vias de adquirir caráter explosivo. Ou o futuro governo dá pronto início a um grande e generoso programa de reformas sociais, cuja inevitável gradualidade seja compensada pela irrecusável constatação de que estão realmente melhorando as condições de vida das massas, ou o país perderá rapidamente, bem antes que expire o mandato do futuro presidente, a capacidade de processar, consensual e democraticamente, seus conflitos sociais. No âmbito do caos gerado por insolvíveis e cada vez mais violentos conflitos sociais se instaurará no país um novo autoritarismo, eventualmente de esquerda radical, mais provavelmente de extrema-direita, violentamente repressivo e de imprevisivelmente longa duração.

A alternativa é clara e inexorável: reforma ou caos. Uma reforma que conduzirá o país a um acelerado desenvolvimento econômico, social, cultural e político, tendendo a tornar irreversível seu encaminhamento para se constituir, na entrada do próximo século, em uma próspera e moderna democracia social. Ou o caos social, econômico e político que o mergulhará, por muitos e imprevisíveis anos, no túnel escuro do autoritarismo.

É ante essa perspectiva que se impõe a necessidade de se proceder, relativamente aos cinco candidatos de maior viabilidade eleitoral — Collor, Brizola, Lula, Ulysses e Covas, citados pela presente ordem de preferência popular — a uma objetiva análise da medida em que cada um deles apresente ou não condições suficientes para implementar, séria e eficazmente, as reformas exigidas pelo país.

O que se pode esperar de uma presidência Collor? Como teve a ocasião de mencionar, o Sr. Fernando Collor não tem identidade política discernível. Sua ampla e rápida aceitação popular foi conquistada, precisamente, pela substituição de qualquer proposta concreta — salvo a monocrônica tese de combate aos marajás — pela habilidosa manipulação do inconsciente coletivo, através da televisão, induzindo cada setor da população a nele ver a imagem pública que desejaria. Re-



□ "O programa de governo proposto por Mário Covas corresponde, precisamente, às medidas e reformas exigidas pelo país. A personalidade de Mário Covas e seu passado político oferecem uma confiável garantia de seriedade e consistência. E o Sr. Mário Covas é o único candidato que dispõe de quadros idôneos e competentes, não comprometidos com os erros e vícios que se acumularam no governo Sarney"

dentor das massas, para o proletariado inorgânico, moralizador da sociedade, para as classes médias, defensor do capitalismo, para o empresariado. Através de que medidas? De que forma compatibilizando suas promessas populares com suas garantias às classes abastadas? Como sempre ocorre em tais casos — como entre nós já ocorreu, precedentemente, com o Sr. Jânio Quadros — o Sr. Fernando Collor é uma mistificação política, atrás da qual, além da juventude, não há mais nada. Como não havia nada atrás da juventude de Alan García, no Peru, cuja presidência conduziu o seu país aos caos em que ora se encontra.

Distintamente, das candidaturas Brizola e Lula se sabe, com bastante clareza, o que delas se pode esperar. Um governo do ex-governador Brizola seria a instauração do caudilismo populista, num momento da história e da evolução do Brasil em que nenhuma solução é possível fora de uma estrita e competente racionalidade e dentro das condições que conduzam, democraticamente, à formação de amplas margens de consenso. O caudilismo populista é exatamente o extremo oposto das formas racionais da consensualidade.

Um governo do deputado Lula seria um projeto monoclássista, de caráter obreirista, para a organização e a administração do Brasil. Como o demonstra a experiência histórica, todo projeto monoclássista, para uma sociedade complexa, é necessariamente autoritário e totalitarizante. Monoclássismo empresarial gera fascismo. Monoclássismo obreirista gera comunismo. Sociedades complexas, como a brasileira e como todas as sociedades modernas, só podem ser dirigidas por projetos policlássistas, de caráter pluralista, que abram espaços de liberdade e oportunidade para todas as classes. É a inviabilidade estrutural do monoclássismo que conduziu a uma progressiva crise a União Soviética e está levando esse extraordinário líder que é o presidente Gorbachev a uma profunda revisão democrática e pluralista do regime de seu país. Não vamos querer instaurar no Brasil aquilo de que os soviéticos estão querendo se livrar.

O governo do deputado Ulysses Guimarães também se reveste de elevada previsibilidade. Sem prejuízo de seu grande legado histórico à causa da redemocratização do Brasil, nos heróicos tempos do MDB, o deputado Ulysses Guimarães, como é do conhecimento de todos, foi, até recentemente, o principal coadjuvante do presidente Sarney e com ele partilhou a responsabilidade da adoção de suas políticas. Um governo Ulysses Guimarães seria uma continuação, provavelmente menos vacilante e mais coerente, do governo Sarney. Conduziria, assim, a um explosivo agravamento das crises que ora nos assolam.

Em que medida um governo do Sr. Mário Covas, cuja imagem pública ainda se acha pouco difundida — ora alcançando apenas 16% do eleitorado — seria capaz de adotar e de implementar, séria e eficazmente, as grandes reformas exigidas pelo país? Não se pode, evidentemente, dar uma resposta taxativa a essa questão, resposta que só poderia ser dada pela efetiva prática. Mas três importantes inferências podem ser validamente feitas. O programa de governo proposto por Mário Covas corresponde, precisamente, às medidas e reformas exigidas pelo país. A personalidade de Mário Covas e seu passado político oferecem uma confiável garantia de seriedade e consistência. E o Sr. Mário Covas, pelas figuras que dirige e integram seu partido, o PSDB, é o único candidato que dispõe de quadros idôneos e competentes, não comprometidos com os erros e vícios que se acumularam no governo Sarney e no curso dos anos precedentes.

O problema da candidatura Covas, presentemente, é o de ampliar, substancialmente, seu espaço público, de sorte a se assegurar uma elevada votação. Distó está plenamente ciente o candidato, que se propõe a uma gradual e segura difusão de sua mensagem, no curso de sua campanha, com apropriado uso do acesso à televisão que lhe garantirá a Justiça Eleitoral.

Esse problema, entretanto, é também do discernimento do eleitorado brasileiro, no sentido de que lhe cabe, por sua própria conta, selecionar o candidato mais conveniente para o país e nele votar.

Contribuir para esse discernimento é, fundamentalmente, a responsabilidade dos setores mais esclarecidos da opinião pública. Um bom candidato pode perder a eleição, por não lograr difundir convenientemente sua mensagem. Mas num momento crucial da história de um país, quem perde é o povo, em termos que tendem a ser catastróficos, se não souber identificar e sufragar o candidato de que necessita.